



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
6ª GESTÃO

5 Data da Reunião: **28 de julho de 2016**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

10 Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Reali (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Higor Rafael de Souza Carvalho (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Joyce Reis Ferreira da Silva (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Luciano Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Théo Nascimento de Araújo (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP); Ronaldo Cury de Cápua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: Maria Rosa Lazineho (Conselheira Poder Público/SEL); Wagner Germanio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Ivy Mayumi de Moraes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Aumir de Andrade (Conselheiro Poder Público/SIURB); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Léa Marques Silva (Conselheira Poder Público/SEMDET); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Hab. do Estado de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro Poder Público/Sec. Hab. do Estado de SP); Lúcia Helena da Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Laís Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Reinaldo Martines Ruiz

(Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Ausência justificada do Conselheiro:** Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Maura Icléa Bagnatori (Conselheira Poder Público/SEHAB); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos). **Presentes os convidados (as):** Amanda Ribeiro (SEHAB); Ana Maria Maluf Moussalli ((SECMH SEHAB); Clenivalda França dos Santos (SEHAB); Mariana Andréa Gonçalves Belmont (Imprensa/SEHAB); Osmar Silva Borges (COHAB-SP) e Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB). (Assinaram a lista outras 08 pessoas) **Pauta da Reunião:** 1) Apresentação do Plano Municipal de Habitação - Secretário Municipal de Habitação João Sette Whitaker; 2) Orçamentos de Habitação de 2016 / 2017- Conselheira Denise Lopes de Souza; 3) Indicações dos Conselheiros para a composição da Comissão Executiva do CMH, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Resolução do CMH nº01-2003 – que trata do Regimento Interno do CMH; 4) Indicações de Conselheiros do CMH do segmento dos Movimentos Populares e/ou do segmento da Sociedade Civil para integrarem as seguintes Comissões e Conselhos na qualidade de membro titular e membro suplente: Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - CAHEIS– da Secretaria Municipal de Licenciamento (indicação do segmento dos Movimentos Populares); Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo – CPOP - da Secretaria Municipal de Relações Governamentais; Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI - da Secretaria Municipal de Habitação; Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU- da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; 5) Proposta de Agenda das Reuniões do CMH e da Comissão Executiva do CMH; 6) Outros assuntos. O Sr. Mário Reali dá incíos aos trabalhos. **Sr. Mário** – Item 1. **Sr. João** – É sabido que trabalhamos muito pela retomada de todos os conselhos e a criação de novos conselhos. Foram criados conselhos específicos, de áreas específicas, Conselho de Direitos Humanos, de Direito das Mulheres, o próprio Conselho da Cidade, que foi uma novidade também criada nesta gestão, e a retomada dos conselhos setoriais, dentre os quais está o Conselho Municipal de Habitação. O Plano Municipal de Habitação não é um plano assinado; não está em nome de Fernando Haddad, de João Whitaker ou de quem quer que seja. Ele é um plano da Secretaria Municipal de Habitação. Não colocamos nome de família, de comunidade, de bairro. Apenas estabelecemos diretrizes para os próximos dezesseis anos. E se faz um plano quadrienal relativo a esse plano, a essa linha condutora, em que aí sim se faz a definição dos lugares e de onde e como vamos começar a fazer isso. É um pouco diferente porque estamos formulando política pública a médio e longo prazo. É poder olhar para a problemática habitacional de uma maneira simples e entender claramente o que tem que ser feito em termos de intervenção de política. A proposta é organizar o atendimento emergencial, mais prioritário, que hoje nos ocupa um enorme tempo e que fazemos à base do varejo tentando resolver. E propomos uma estruturação do serviço de moradia social em ação em conjunto com as secretarias afins, para tentarmos fazer, pela primeira vez no Brasil, uma política de assistência social amparada por uma política habitacional a longo prazo. Também propomos que se continue a produção para o acesso à propriedade, que é aquela que é feita para o Minha Casa Minha Vida, que tem duas vertentes fundamentais: a que se faz a partir de empreendimentos privados das empresas da construção civil e a que se faz a partir dos empreendimentos de entidades, que também movimentam a construção civil, porque as entidades também contratam empresas da construção civil. Então, para que continue esse apoio no setor da construção civil numa gestão direta das empresas ou numa gestão de empreendimentos. E propomos a modalidade de autogestão e, também, a produção de um parque próprio de moradia, que seja destinado ao Locação Social, que faça movimentar também o setor da produção habitacional, mas destinado a ter propriedade nossa e que coloquemos isso para o locação subsidiada para a população de mais baixa renda, inclusive, como uma das formas que alimenta o atendimento emergencial para podermos, com o tempo, parar de só poder dar Auxílio Aluguel e também eventualmente poder oferecer um apartamento na área central reformado. Nesse sentido, estamos propondo uma PPPP, Parceria Público Privada Popular, que se destina a fazer um acordo com o setor da construção civil, para fazer o retrofit de prédios, garantir o retorno para o empresário no sentido de garantir o aluguel desses prédios pelo período de vinte, trinta anos, que for concedido, mas ocupamos esses prédios com Locação Social, subsidiando. Outra proposta é a priorização da urbanização e melhoria habitacional dos assentamentos precários em geral, mas com uma reformulação dessa abordagem, de um projeto mais cuidadoso, mais lento, para se conseguir recuperar parte dos casarios, fazer projetos em alguns prédios, com recuperação urbana, levando equipamento público, infraestrutura. E temos algumas ações transversais importantes de coordenadorias em relação às áreas ambientalmente frágeis, em relação ao centro, em relação a assessorias técnicas, que estão colocadas também no plano. Queremos discutir esse plano e elaboramos um caderno para discussão nos próximos seis ou quatro meses. Ele já está em consulta pública, no site www.habitasampa.inf.br. É muito bem-vinda a participação de todos via internet. Estamos reforçando os chamados Fóruns de ZEIS, os Conselhos Gestores de ZEIS, porque todas as ZEIS são prioritariamente áreas de intervenção que vamos definir como prioritárias. Achemos importante criarmos um Fórum dos Conselhos Gestores de ZEIS, que vai mandar um representante ou dois para o Conselho Municipal de Habitação. Então, passaremos a ter no Conselho Municipal de Habitação representante do Fórum dos Conselhos de ZEIS que, por sua vez, representa os Conselhos de ZEIS, que são as obras de urbanização das áreas mais precárias. E queremos enviar membros do Conselho Municipal de Habitação para nos representarem em outros fóruns, para nos empoderarmos das informações. Também propomos que o Conselho Municipal de Habitação participe do Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo, e participe dos Conselhos do FMSAI, do FUNDURB, do Conselho Municipal de Política Urbana e do Conselho de Representantes das Subprefeituras. **Sra. Taís** - Já vínhamos trabalhando com um Grupo de Trabalho, que se reuniu para acompanhar a elaboração, participou da elaboração desse caderno de propostas do Plano Municipal de Habitação, ao longo do primeiro semestre do ano. E gostaria de sugerir recompor esse Grupo de Trabalho para acompanhar também o prosseguimento dos trabalhos ao longo do segundo semestre. Temos a intenção de até o fim do

ano consolidarmos uma minuta de projeto de lei. Estamos também programando uma série de atividades de participação, de discussão, para colher contribuições sobre as propostas que estão sendo apresentadas no caderno. Serão oficinas que estamos chamando de territoriais, porque devemos promover algumas reuniões no território da cidade e algumas oficinas setoriais também. A ideia é que o próprio Conselho faça o convite para essas oficinas para legitimar um pouco mais esse processo de construção participativa do plano para no fim do ano termos conseguido de fato construir essa minuta de forma participativa e que consiga envolver o maior número de pessoas possível. A sugestão é que façamos uma primeira reunião desse GT na semana que vem. **Sra. Ana Maria** – Sugiro deixarmos disponível o e-mail da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação e as pessoas que quiserem fazer parte do GT nos mandariam um e-mail dizendo que querem participar. Ao mesmo tempo, será enviado a todos os conselheiros um e-mail reforçando esse convite para essa inscrição, informando a data da sessão, que será informada pela Taís, horário e local. **Sra. Taís** - Tudo bem. E a questão do convite para as oficinas, também podemos encaminhar que o Conselho faça esse convite para as oficinas participativas da discussão do Plano Municipal de Habitação? **Alguém se opõe? (ninguém se manifestou de forma contrária). Em não havendo oposição, os convites serão encaminhados em nome do Conselho.** **Sra. Ana Maria** – A Resolução do Conselho diz que os Grupos de Trabalho podem ser formados não só de conselheiros, mas de pessoas indicadas por eles para participar. O conselheiros podem indicar as pessoas que irão participar, nos dando o nome, o telefone e e-mail dessas pessoas para já fazerem parte de um banco de lista de distribuição de informações para todos. **Sra. Verônica** - Quantos GTs existem? **Sra. Taís** - Na gestão anterior do Conselho foram constituídos dez GTs. Mas a participação foi diminuindo, reagruparam-se e ficaram quatro GTs. E o que acabou tendo prosseguimento este ano foi o de Planejamento, porque estávamos nesse momento de formulação do caderno do Plano de Habitação. Acho que caberia, talvez, ao próprio Conselho, não sei se em uma reunião específica ou no processo de formação, pensar quais outros GTs gostaria que fossem retomados ou formar novos. Esse GT de Planejamento é uma sugestão do Executivo, de retomarmos, porque estamos nesse processo de discussão do plano. **Sr. Mário** - Na pauta hoje, a ideia era abrir essa inscrição para o GT do PMH e as indicações para os outros conselhos. Quanto aos outros GTs, hoje já poderíamos encaminhar essa perspectiva. (A Sra. Denise faz a apresentação do Orçamento da Habitação) **Sr. Mário** - Nas Operações Urbanas, esses oitenta e seis milhões, na verdade, é basicamente o que de recurso é utilizado via contratação SEHAB. E aqui na verdade temos produção de HIS, pela SIURB. Então, precisamos completar essa informação de SIURB. **Sra. Denise** – Perfeito. E acrescentaremos um slide do orçamento aprovado pela câmara, nas várias fontes, para habitação para fazer a comparação e saber quanto efetivamente há proposto no orçamento de 2016 para habitação. **Sr. Mário** - Nesse período de agosto e setembro em que é desenvolvido esse trabalho pela Secretaria Municipal de Finanças, também temos uma dinâmica de audiências nas subprefeituras e temos nas nossas visitas estimulado muito as lideranças a participarem, que é o CPOP. Seria importante inserirmos demandas que temos discutido nos Conselhos de ZEIS, no Fórum, até nas visitas que temos feito. Temos sempre tentado dialogar com essas audiências também, porque vamos mandar nossa proposta, mas é importante reforçar os empreendimentos que estamos trazendo para cá, também pelas audiências e consultas pelas subprefeituras. **Sra. Luciana Royer** - A Denise disse no começo que, além do Tesouro Municipal, tínhamos outras fontes. As fontes do Tesouro estão no FMH, que são os cinquenta milhões? Ou as fontes do Tesouro são aquelas destinadas ao Bolsa Aluguel? **Sra. Denise** – A fonte do Tesouro, basicamente, é destinada para custeio das secretarias e, no caso da Secretaria de Habitação, para o Auxílio Aluguel. Auxílio aluguel onera a fonte do Tesouro. E para investimentos temos praticamente zerada a possibilidade de utilização de fonte do Tesouro, apesar de ela aparecer no orçamento. Quando colocarmos o orçamento aprovado no slide, vai dar para ver onde ele existia, que é sempre a Fonte 00, mas ele sofreu um contingenciamento este ano, pela baixa arrecadação em relação à estimativa anterior. No Fundo Municipal de Habitação também existiam fontes do Tesouro previstas que estão congeladas. Então, por isso é que contamos muito, em 90% da possibilidade para investimentos, contamos e nos apoiamos nas outras fontes, além do Tesouro. **Sr. Mário** – A previsão de receita é de cinquenta e quatro bilhões, que é feita em cima de uma previsão das diversas receitas. O orçamento, estamos prevendo agora, ou seja, no meio do ano anterior ao orçamento. Quando chega em janeiro, já sabemos mais ou menos como está a economia, se está havendo crescimento, qual é a evolução das receitas. Já no primeiro trimestre, a Secretaria de Finanças diz se a receita pode chegar aos cinquenta e quatro bilhões ou não. Se não, ela congelam uma parte do orçamento para não nos deixar gastar mais do que vai existir de receita e isso é o que se chama contingenciamento. **Sr. Ronaldo** - Queríamos contribuir com os senhores. Para que possamos de fato ajudá-los, é muito importante termos conhecimento desses números. Qual a ordem de grandeza, somando a receita que vem do orçamento da prefeitura mais essas receitas extraordinárias para 2016? Qual era a expectativa dos senhores e em quanto está isso agora? Como está o orçado versus o realizado? **Sra. Denise** - Em relação à habitação, podemos considerar que, mais ou menos, estamos executando 30% do que está orçado, porque tínhamos alguns recursos orçados em Fonte Tesouro que não puderam ser viabilizados. O nosso orçamento, 2016, somando todas as fontes, gira em torno de dois bilhões de reais, somando todas as fontes possíveis orçadas, para investimentos. Investimentos e não custeio. O custeio é sempre bem menor do que os valores de investimentos. Aqui, sempre estamos falando em recursos de investimentos, porque estamos falando da execução da política habitacional. O único valor que não é considerado investimento é o valor destinado ao Auxílio Aluguel. Então, o Auxílio Aluguel não participa de nenhum desses números apresentados e nem o custeio também. **Sr. Mário** - Uma diferença importante é que, quando fazemos a previsão de receita, 2017, por exemplo, PAC 1, era para concluir os contratos. Existe uma expectativa que na verdade vai ser concentrada de receitas num ano que na verdade nunca foi concentrada no ano e isso gera uma perspectiva de receita às vezes maior do que o realizado. Como é recurso de transferência e vinculado a um projeto específico, temos um contrato com a Caixa e um contrato com a empresa que vai fazer aquele serviço. Se ele estava previsto para ser feito em trinta e seis meses e ele foi prorrogado por um período muito maior e não temos o repasse, isso gera uma diferença muito grande nas nossas rubricas de investimento. Por isso que dá perto de dois bilhões, mas, só desses repasses, há novecentos milhões previstos, mais ou menos, que não vão realizar. FUNDURB e FMSAI, somando os dois, dá perto de trezentos milhões. Esse, temos certeza, há o dinheiro, está empenhado e estamos realizando. Se formos pegar o dinheiro que está disponibilizado e realizado, na verdade, temos uma pressão até para trazer mais recursos para poder concluir a obra,

para acelerar o ritmo da obra. Então, está faltando dinheiro em um pedaço e no outro não veio a transferência. **Sra. Ana Procópio** - Estamos entrando como conselheiros e, como estamos entrando em 2016, os conselheiros também deveriam começar o orçamento com 2016. Aí vamos ficar um pouco perdidos, porque vamos começar o orçamento de 2017. Então, quer dizer, durante seis meses, vamos ficar meio perdidos. E às vezes fico um pouco indignada pela Zona Sul, porque onde moro as pessoas ainda têm casa em cima do córrego. Se é para fazer reurbanização de favelas, lá somos cinco favelas, na Zona Sul! Por que não se faz reurbanização de favelas lá, já que há esses 7,5% da Sabesp? **Sra. Denise** - No Conselho anterior, quase no fim da gestão do Conselho anterior, começamos a trazer aqui essa visão um pouco do orçamento. E agora a ideia é trazer para este Conselho logo no início para que isso comece a ser absorvido e aprofundado. A questão do orçamento de 2016, do Fundo Municipal de Habitação, que é o que este Conselho delibera, vamos aprofundar na próxima reunião, porque não dá para abordar tudo de uma vez só. Então, hoje é o parâmetro geral, como funciona o orçamento na prefeitura, quais as fontes de recursos que temos e podemos contar na política habitacional, quanto desse dinheiro está disponibilizado hoje. Vamos entrar no FMH na próxima reunião e aí detalhando tudo que o FMH tem de disponível e executando este ano. E também vamos mostrar todos os locais onde estão sendo executadas obras, com fotos, localização e investimentos em cada uma delas. Sobre o Fundo Municipal de Saneamento, é por isso que é importante a representação do Conselheiro Municipal de Habitação, para ajudar a definir e entender por que as obras são definidas, como elas estão, como se monta o plano de investimentos do fundo. Em 2016, já estamos executando. Em 2017, é a proposta. Infelizmente o Conselho tomou posse num período já de andamento dos trabalhos, mas não deixa de ser importante a participação no CPOP e nas audiências da câmara. **Sr. Juncal** - Nessa questão do orçamento é importante termos a distinção do que é orçado e do que é financeiro. Exemplo: pode estar orçado um bilhão para o Programa Mananciais, mas, de repente, se o Governo Federal, por algum motivo, não disponibilizar o recurso, às vezes, pode-se não executar esse um bilhão no Mananciais, porque, eventualmente, não veio o recurso. **Sra. Denise** - Quando apresentamos esses números e falamos que estão disponibilizados, é o financeiro já disponibilizado. Então, isso é o real, até a posição de junho. É diferente do que está orçado. **Sra. Verônica** - Nós, conselheiros, fomos eleitos em maio. Quando é que viemos tomar posse? Estou deixando aqui minha indignação. Foram mais de vinte e nove mil pessoas que foram votar nos conselheiros e ficamos aguardando a posse. Isso fez com que não conseguíssemos discutir esse orçamento. E aí começo a olhar para esse orçamento e começo a pensar quanto tem de habitação para fazer? Qual é o número que vem dos impostos arrecadados? Porque aqui há dinheiro da Sabesp, de várias composições. Quanto é do orçamento do Tesouro Municipal? E quanto dá para executar com o dinheiro que chama-se Tesouro do município, arrecadações? Porque contar com uma coisa que não é nossa é complicado. Então, temos que saber a verdade. Estamos aqui para discutir um recurso para habitação. **Sr. Mário** - A posse foi em julho e a eleição foi em maio porque tínhamos que fazer o processo eleitoral antes do final do mandato. O final do mandato do Conselho anterior vencia em junho. Então, na verdade, tomamos posse logo depois do encerramento. E queremos trazer mais transparência para a discussão do orçamento e inclusive nos antecipar ao processo de discussão do orçamento para os senhores verem o que fizemos até agora, a Secretaria, em relação à discussão de orçamento. Estamos discutindo e informando a Secretaria de Finanças quais são as receitas existentes. E FUNDURB e FMSAI são receitas da prefeitura. Há uma parte vinculada, os 30% do FUNDURB, por exemplo, para moradia, dos quais, dos 30%, 30% para aquisição de terra. Então, há uma parte do dinheiro que é vinculada, uma fonte de recursos que temos para a política habitacional. Estamos querendo inclusive fazer a conversa de todo o recurso existente. Agora, como tem uma complexidade grande, temos que ser didáticos na apresentação. São novos conselheiros que tomam posse no momento de discussão do orçamento. Em relação ao Tesouro, como foi colocado, o que temos de recursos na SEHAB para Tesouro, basicamente, é custeio, é folha de pagamento e despesas de papel, a parte de infra. O total deve ser perto de trezentos milhões porque agora temos cento e dez milhões, mas vai chegar a cento e cinquenta milhões para Auxílio Aluguel. Inclusive, é importante, Denise, trazer esse recurso também porque precisamos discutir também a questão do recurso para o Auxílio Aluguel. Na semana passada, por exemplo, tivemos um tensionamento em relação ao Auxílio Aluguel porque tem um critério. Queremos discutir a Portaria 131. Muita gente diz que ela é restritiva, que tem que ampliar. Se ampliarmos, vamos ampliar o atendimento do Auxílio Aluguel. O que vai significar isso? Hoje a maior despesa da SEHAB é com Auxílio Aluguel. Se pegarmos as obras de urbanização, somamos FMSAI e FUNDURB, e temos cerca de trezentos milhões. É o que estamos gastando hoje com todas as obras na cidade, obras diretas da SEHAB, seja Sapé, Heliópolis, Paraisópolis, o córrego que estamos começando no Antonico, as obras da Viela da Paz. Se enumerarmos aquela relação de obras, com todas aquelas obras, são os trezentos milhões. E o aporte também. Foi dispendido um recurso enorme para desapropriação. Os contratos, conforme foram assinando, fomos aportando. Temos corrido para fazer a destinação desse recurso e o prefeito já colocou que é uma prioridade. Discutimos com o Estado também qual o aporte do Casa Paulistana, como sincronizamos esse recurso. A crítica que temos escutado nesses seis meses que temos conversado com os conselheiros que estavam aqui é que sempre vimos para deliberar com coisas pontuais, fora do contexto. Então, queremos ter o contexto todo, quanto havia de orçado, qual era o orçamento que tínhamos vinculado a assentamentos precários, urbanização de assentamentos, transferência para o aporte de recursos para empreendimentos, para Auxílio Aluguel, quanto tínhamos previsto, quanto vai ser o liberado do orçamento e como estamos utilizando o recurso. A ideia é fazer esse acompanhamento. E temos uma série de contratos em andamento e vamos ter que discutir qual vamos priorizar. Sabemos de muita área de risco e área que tem que ser removida integralmente. Há oitenta e nove mil famílias que precisamos remover da área onde vivem e que tenham novas habitações, com dignidade. Há assentamentos que são consolidáveis, que às vezes precisam de menos obras de urbanização, mas às vezes há um córrego e tem que remover toda a faixa do beira rio para poder urbanizar e aí temos que ainda produzir unidades, para poder fazer a urbanização completa. Isso tudo orçado, vimos que com o orçamento que temos, dependendo do aporte do Governo Estadual e do Federal, vamos levar mais de cinquenta anos, sessenta anos para dar conta. Aí queremos antecipar isso. Para isso que vamos ter que brigar por mais orçamento. E não vamos dar conta em menos de trinta anos. Queremos definir as políticas e fazer um plano quadrienal. A cada quatro anos definimos o que vamos fazer e vamos executando. E a cada orçamento do ano, repactuamos se é aquilo que vamos fazer e vamos vendo se repriorizamos. Por isso que nós, no Plano Municipal,

queremos discutir assentamento precário e com muita transparência. **Sra. Denise** – A Secretaria de Habitação não é responsável pelos recursos que ingressam na prefeitura decorrentes de impostos e outras arrecadações. Não temos controle sobre isso, não temos essa informação. Quando fazemos a proposta orçamentária, recebemos parâmetros da Secretaria de Finanças para várias aplicações, parâmetros para custeio, para várias coisas, e temos que nos enquadrar nos parâmetros que são fornecidos e, inclusive, justificar nosso enquadramento, informar a demanda maior ou menor a esse enquadramento e apresentar os prejuízos e impactos daquilo que não conseguimos colocar nesse enquadramento. Essa análise é uma análise de Governo mais ampla, que envolve uma análise de todas as secretarias e empresas municipais. Somos uma parte desse orçamento maior. **Sr. Ronaldo** – No slide dos cinquenta e quatro bilhões, na apresentação, está dizendo 2,8%. Então, é um bilhão e meio, mais ou menos, que vai para habitação. **Sr. Mário** - Isso. **Sr. Ronaldo** - Isso só do orçamento. Mais os fundos? **Sra. Denise** - Não. Os cinquenta e quatro bilhões consideram todos os fundos, todas as fontes que vêm para a prefeitura. **Sr. Mário** - Até Operação Urbana hoje é incluída no orçamento. **Sr. Ronaldo** - São Paulo, o município, o custo operacional é de trezentos milhões? **Sra. Denise** - Não. São trezentos milhões inserindo também Auxílio Aluguel. O custo operacional de 2016, agora, não vou conseguir informar, mas, para 2017, o nosso custo operacional previsto sem Auxílio Aluguel está na ordem de cinquenta milhões, incluindo pessoal e auxílios, mais despesas com serviços de manutenção da secretaria, serviços de água, telefonia, veículos. **Sr. Ronaldo** - Cinquenta milhões está super dentro. **Sra. Denise** - Só que dos cinquenta, eles nos deram nove. Fora pessoal. De pessoal são trinta milhões. Então, fora o pessoal, temos nove. Só que cinquenta menos trinta não dá nove. Temos que daí justificar e apontar prejuízos. **Sr. Ronaldo** - Temos então esses gastos, mais o Aluguel Social. Sobra, pelas minhas contas, um bilhão e duzentos para investimentos de orçamento. **Sr. Juncal** - Orçamentário que não é financeiro. **Sra. Denise** - Temos disponíveis quatrocentos milhões. **Sr. Ronaldo** - Se o município não contasse com o apoio da União, Minha Casa Minha Vida, com o apoio do Estado, Casa Paulistana, se ele fosse pagar sozinho, o número de unidades que nós produziríamos seria insuficiente para matar o déficit. **Sr. Mário** - Três a quatro mil unidades ano. **Sr. Ronaldo** - O município sozinho não conseguiria. **Sr. Juncal** - Se fosse transformar só em apartamento. **Sra. Denise** - Do orçamento, por que sobra tão pouco para investimentos, contando essas fontes? Porque temos o percentual da dívida, temos o percentual exigido para educação, temos o percentual exigido para saúde, temos a própria máquina administrativa que custa. **Sr. Ronaldo** - Os 2,8% da arrecadação para habitação é muito. O Estado é 1% do ICMS. **Sra. Denise** - Mas não é da arrecadação. Os 2,8% aqui estão considerando todas as fontes de recursos disponíveis nos convênios com Estado, com o Federal, com os fundos, com as Operações Urbanas. **Sr. Mário** - Do FUNDURB é quase que um dinheiro carimbado para mobilidade e habitação. **Sr. Ronaldo** - Quanto mais transparente conseguirmos ter essas contas, mais podemos contribuir. **Sra. Joyce** - Quero me disponibilizar para entendermos juntos a questão das Operações Urbanas. Disponibilizo-me a ajudar a entender o que cabe à SEHAB ou à COHAB etc. para trazermos essas informações conjuntas e para termos mais precisão também nos números etc. **Sr. Márcio** - Vemos que as Operações Urbanas trazem dinheiro para a secretaria. Então, quanto melhor for concebida uma operação urbana, mais possibilidade ela vai ter de gerar dinheiro e é bom para os senhores uma operação urbana bem concebida. A operação urbana que está na boca do forno, agora, é a Operação Urbana Bairros do Tamanduaté. Essa operação é realmente bem concebida, ela foi bem estudada. Mas ela tem um problema gravíssimo e, apesar de ser bem concebida, tem tudo para nascer morta, porque o valor do CEPAC proposto nessa operação é absolutamente irreal. Isso, já demonstramos para o Fernando de Mello Franco, quando ele foi ao SECOVI, mas não ajudou muito. Eram mil reais, que era um preço absurdo, e ele abaixo para oitocentos. Continua também completamente fora da realidade. E trago aqui a experiência da Operação Urbana Água Branca, que simplesmente, pelo valor do CEPAC, no último leilão, arrecadou zero! Então, não adianta criar uma operação bem feita com um valor fora da realidade. Se os senhores vão mandar conselheiros lá para atuarem na Comissão dos Bairros do Tamanduaté, deixo a reflexão, porque aí é prefeitura questionando a própria prefeitura. É muito melhor trazer o preço para uma realidade, para os senhores poderem arrecadar. **Sra. Verônica** - Essa questão do orçamento, vai existir um GT, vai se discutir? Porque há esse valor da Locação Social, do Aluguel, mas temos que discutir isso também. O que é prioridade? É a prefeitura ser uma imobiliária ou construir moradia? **Sr. Mário** – A questão da Operação Urbana é um debate intenso. Temos que fazer talvez algumas extraordinárias de formação para trazer informação e conteúdo. Queria ver se é possível, e com a participação plena dos conselheiros. E o Auxílio Aluguel, estamos deixando claro que hoje tem um recurso muito grande e precisamos também aprofundar um diagnóstico de por que hoje estamos perto de vinte e oito mil famílias no Auxílio Aluguel. É fruto de uma política de intervenção sem termos a devida produção de unidades para poder fazer intervenção de remoção. Há oitenta e nove mil famílias em áreas que, para se ter moradia digna, tem que ter remoção total, porque não dá para consolidar na área. Então, precisamos ter produção de unidades para poder ir fazendo processo de urbanização. É claro que há áreas de risco, há vários fatores que precisamos dialogar e queremos trazer esse diálogo. E aí não sei se seria um GT ou uma atividade específica para fazermos essa discussão e, da atividade específica, talvez, dependendo do nível que queiramos aprofundar, virar um GT. Um dos itens do PMH é o serviço de moradia social, que está previsto no Plano Diretor. E concordamos que a política de habitação não é o Auxílio Aluguel. É produzir. Por isso temos a ideia de criarmos a Locação Social, de ir reduzindo e ter um plano de redução dessa intervenção em conjunto com o processo de urbanização. Isso está no PMH. Só para não ficarmos sem encaminhamento, queria remeter essa discussão ao Fórum do PMH. E, no Fórum do GT do PMH, se for o caso, desdobramos o GT em um de participação, em um de serviços de moradia social, e aí discutimos o Auxílio Aluguel lá, como fazer essa transição. Passamos ao Item 3. O primeiro ponto é as indicações para a Comissão Executiva do CMH. São nove membros titulares, três natos, secretário, secretário adjunto e o presidente da COHAB. Três representantes de entidades comunitárias e de organizações populares ligadas à área habitacional. Um representante de entidade profissional da área, um representante de universidade e um representante de associação ou sindicato patronal da cadeia produtiva. Então, precisamos escolher essa representação da Comissão Executiva. Podemos começar pelo representantes das entidades profissionais da área. SCIESP e SASP. **Sr. Wellington** - Podemos indicar a Thabata, que é minha suplente. **Sr. Mário** – A princípio fica a Thabata indicada. E fica o destaque do SASP para ver se depois negociamos o Sindicato dos Arquitetos. Se dos Sindicatos dos Arquitetos não chegarem até o final da reunião, já vemos como fica a

5 indicação. Da representação das universidades, FAU e PUC, indicaram Luciana Royer, titular, e Fabiana Alves, suplente. Representante das associações ou sindicatos patronais, SECOVI, SINDUSCON e APEMEC. Indicaram APEMEC titular e SINDUSCON suplente; pela APEMEC, Marco Florenzano e, pelo SINDUSCON, Ronaldo Cury, suplente. Se houver alguma alteração, peço que comuniquem até o final da reunião. Ficam indicados para compor a Comissão Executiva do CMH, os Conselheiros dos Movimentos Populares: Mariza Dutra Alves, titular, e Ednalva Franco, suplente; Silvana Alves, titular, e Rosalvo Salgueiro, suplente; Verônica Kroll, titular, e Nilda, suplente. Passamos ao Item 4. Como há representação dos segmentos mas é a indicação do CMH nesses conselhos, é muito importante o representante incorporar também a visão do CMH no conselho que ele está representando, defendendo os interesses do CMH, ou seja, recursos para habitação, e trazendo ao Conselho Municipal de Habitação todas as informações. (São indicados (as), por acordo, os Conselheiros (as) para compor a CAHEIS, Mariza Dutra Alves, titular, Nestor Quinto de Oliveira, suplente; para compor o FMSAI, Nilda, titular, e Luciana Royer, suplente; para compor o CMPU, José de Jesus Ferreira “Zequinha”, titular, e Paula Carvalho, suplente; para compor o FUNDURB, Antônia Lindinalva, titular, e Marisete Aparecida de Souza, suplente. E procede-se à votação para indicação dos (as) Conselheiros (as) para compor o CPOP, ficando eleitos Alex Alves, titular, e Ivanilda Rodrigues, suplente. Não estavam presentes os representantes do SECOVI no momento da eleição dos representantes).

15

(Encerra-se a reunião)